

## **Marimba, Memória e Vida: A Congada como Estratégia Coletiva na Era da Rodovia Rio-Santos**

Guilherme Yoshio Agata Evangelista<sup>1</sup>

### **Resumo**

O trabalho analisa as disputas territoriais, políticas e simbólicas em torno da Congada do Bairro São Francisco, em São Sebastião/SP, desde a década de 1970, em meio à turistificação do litoral norte paulista e à reconfiguração urbana associada à construção da rodovia Rio-Santos. Manifestação caiçara enraizada na Festa de São Benedito, a Congada mobiliza corpo, técnica e memória como forma coletiva de produção do território e como prática concreta de organização da vida diante da expropriação e da captura institucional.

A partir da trajetória de Casemiro Camilo dos Santos, marimbeiro e liderança comunitária, o estudo articula história oral, etnografia e crítica das políticas culturais que, sob o discurso da preservação, desarticulam sentidos históricos e práticas de pertencimento. A análise evidencia como a Congada, ao mesmo tempo em que é apropriada por políticas de folclorização, conserva-se como espaço de autogoverno e de produção simbólica do comum.

Fundado na vivência e na escuta etnográfica, o trabalho compreende a Congada como síntese entre cultura e trabalho, gesto e território, afirmando-a como prática de reexistência diante das transformações impostas pela expansão do capital.

**Palavras-chave:** Congada; caiçara; território; patrimônio imaterial; turismo cultural

### **Introdução**

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Econômicas (UNICAMP) e Graduanda em História (UNICAMP) - suecoagata1@gmail.com

No ano de 2016, quando ainda cursava o ensino médio no Colégio Técnico de Campinas (COTUCA), fui à biblioteca em busca de inspiração para um trabalho de artes. Entre as prateleiras, um livro chamou minha atenção de modo particular: O folclore do litoral norte de São Paulo, publicado pela Funarte em 1981. O volume reunia uma pesquisa realizada em 1959 sob a coordenação de Rossini Tavares de Lima, no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, iniciativa estatal que, sob a égide da Unesco, buscava institucionalizar o folclore como dimensão da identidade nacional (Ferreira, 2019).

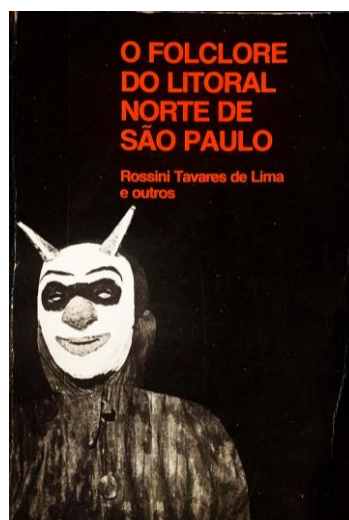


Figura 1 – Capa do livro O folclore do litoral norte de São Paulo. Rio de Janeiro: Funarte, 1981.

À época, contudo, nenhuma dessas nuances institucionais me era evidente. O que me comoveu foi encontrar, pela primeira vez, meu povo representado e valorizado fora do litoral. Aluguei o livro e o levei para casa, levada por uma curiosidade que, só mais tarde, reconheceria como o germe de uma escuta etnográfica. Eu sequer havia nascido durante a elaboração daquela pesquisa; ainda assim, nas páginas amareladas reconhecia uma memória que, embora não vivida, me era profundamente familiar. A Congada, em minha família, já habitava o território do “folclore”: até então, se algum dia a vi ser dançada, era jovem demais para lembrar. Restavam, porém, as fotografias antigas, as narrativas de meus parentes e a lembrança do meu bisavô — pescador respeitado e marimbeiro da festa — cuja presença ressoava como memória viva no relato.

Foi então que, ao folhear o livro, encontrei uma fotografia legendada: “Marimba entre os dois atabaques da Congada de São Francisco, município de São Sebastião”. Na imagem, um homem de boina e camisa xadrez: meu bisavô. Pela primeira vez, percebi que as pessoas que eu via apenas como parte da história oral de minha família também habitavam os registros “oficiais” da cultura nacional. Até aquele momento, os livros de história me pareciam reservados aos grandes feitos e personagens ilustres; ali, no entanto, compreendi que minha própria história, a de um povo da praia, também estava inscrita, ainda que mediada pelos olhares e categorias de um projeto folclorista<sup>2</sup> que começava a se institucionalizar no país.



Figura 2 – Na imagem, Casemiro Camilo dos Santos, pescador e marimbeiro do Bairro São Francisco, executa a marimba entre os dois atabaques, em uma das mais antigas representações fotográficas da Congada de São Sebastião.

Logo na introdução do volume *O folclore do litoral norte de São Paulo* (De Lima, 1981), a Congada do Bairro São Francisco é descrita como “por todos os títulos a mais

---

<sup>2</sup> A designação folclorista refere-se aos pesquisadores vinculados à Comissão Nacional de Folclore — órgão criado em 1947 sob a influência da Unesco e responsável por legitimar, no interior do Estado, um modo específico de representar e classificar as culturas populares. Sua atuação marcou o início da institucionalização do folclore como campo de poder e conhecimento no Brasil.

importante do Estado de São Paulo e talvez do território nacional”. A força dessa afirmação, no entanto, provoca uma reflexão inevitável: como um dos eventos populares mais relevantes do país acabou relegado às gavetas de uma biblioteca? Quem matou a Congada? Essa pergunta, que me acompanhou desde a adolescência, transformou-se em problema de pesquisa, abrindo caminho para a investigação das formas de desterritorialização, de proletarianização e, em última instância, da luta de classes que atravessam o território caiçara.

A realização que tive diante daquele encontro inaugural foi o prefácio de uma pesquisa pessoal, iniciada aos dezesseis anos, movida pelo desejo de compreender quem eu sou e o que estava acontecendo com São Sebastião. Desde a infância, projetei minhas raízes nesse lugar, constituindo, na particularidade de um território, uma entidade viva, formada pela consciência coletiva que o habita e o reflete<sup>3</sup>. Este artigo é parte do primeiro capítulo dessa investigação, tomando a congada como o início de uma compreensão e uma inflexão na luta pelo território caiçara. Um esforço de tradução de um sentimento em conceito: antes, eu sabia que havia algo a dizer; agora, sei como dizê-lo.

## **Capítulo 1 - da Etnografia**

O livro supracitado constitui hoje um ponto de inflexão interpretativo. Sua releitura, à luz de um olhar etnográfico e histórico, revela as camadas ideológicas que o estruturam como produto de um projeto estatal de institucionalização da cultura popular. O volume, publicado pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, integra um ciclo de produção intelectual que, sob a influência da tradição folclorista, buscou sistematizar expressões culturais regionais como fragmentos de uma “identidade nacional”, subordinando as práticas locais a uma gramática de representatividade nacional. Trata-se de um registro

---

<sup>3</sup> O ato de projetar qualidades humanas sobre o território aproxima-se do conceito de exteriorização (Entäußerung) desenvolvido por Ludwig Feuerbach, segundo o qual o ser humano se reconhece nos atributos que objetiva fora de si — projeção que, em Karl Marx, ganha materialidade histórica ao converter-se em atividade prática (Marx, 2015).

# 10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

simultaneamente valioso e problemático: valioso por conservar imagens, músicas e narrativas de comunidades caiçaras em um período anterior à iminente urbanização acelerada; problemático porque traduz essas experiências por meio de categorias exógenas, filtradas por um olhar que pretende descrever, ordenar e tipificar a cultura, operando como forma de classificação e domesticação simbólica.

Ao deslocar o foco da descrição folclórica para a experiência viva dos músicos caiçaras, Kilza Setti inverte o vetor da reminiscência, antes voltado à conservação passiva, em direção a uma forma ativa de resistência. A música, longe de ser vestígio de um passado idealizado, torna-se mediação concreta de coesão social e afirmação comunitária diante das transformações impostas pela urbanização, pelo turismo e pela expropriação fundiária. Essa inversão, porém, não apaga a consciência da perda: Setti reconhece o “estado de perplexidade, perda de coesão social e sofrimento cultural” que marca o encontro desigual entre a lógica mercantil e o modo de vida caiçara. Sua escrita oscila entre o registro da desagregação e o testemunho da permanência, revelando a ambiguidade de um processo no qual a cultura popular é, ao mesmo tempo, objeto de destruição e instrumento de resistência. Ao compreender a prática musical como núcleo de identidade e “força de coesão social e grupal”, a autora inscreve a memória no campo da luta, não mais como lembrança de um mundo perdido, mas como forma de ação coletiva que rearticula o passado no presente (Setti, 1988).





Figura 3 – Kilza Setti em diálogo. Fotografia pertencente ao acervo do Museu Caiçara, doada pela própria pesquisadora. Musicista, compositora e antropóloga, Kilza Setti foi pioneira da etnomusicologia no Brasil e dedicou grande parte de sua trajetória ao estudo e à valorização das expressões musicais caiçaras. Em 2008, doou ao Museu Caiçara seu acervo de registros sonoros, fotografias e anotações, hoje parte fundamental da memória cultural da região.

Duas décadas depois, é possível traçar um paralelo com as etnografias recentes dedicadas à Congada e à população caiçara, destacando-se o trabalho de Giovanni Cirino (2012), realizado no litoral norte paulista. Desenvolvido a partir do documentário Sobre a Congada de Ilhabela (2004–2010), o estudo representa um avanço metodológico significativo: em vez de compreender a festa como remanescência folclórica, Cirino a interpreta como prática viva, continuamente recriada na relação entre fé, trabalho e território. A Congada é concebida como “convenção histórica e social”, na qual se articulam memória, devoção e conflito, expressando as tensões entre tradição e transformação. Sua etnografia, porém, ultrapassa o registro descritivo ao reconhecer os efeitos de sua própria prática: o documentário que a fundamenta não se limita a observar, mas intervém consciente no processo, tornando-se parte imanente do drama social que descreve. Ao incorporar o olhar do pesquisador como elemento ativo, Cirino insere a pesquisa etnográfica no próprio movimento de reprodução simbólica da Congada, evidenciando sua potência enquanto forma de resistência e reinvenção comunitária.



Figura 4 – Casemiro Camilo dos Santos e a marimba da Congada de São Francisco. Fotografia de Kilza Setti, reproduzida em Sobre a Congada de Ilhabela (Cirino, 2012). Registrada em 1997, mostra o lutiê e mestre congadeiro Casemiro Camilo dos Santos ao executar a marimba, símbolo da continuidade da tradição musical caiçara em São Sebastião.

Publicada no mesmo ano, a dissertação de Ana Alves De Francesco (2012), desenvolvida no âmbito do Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA/Unicamp)<sup>4</sup>, amplia as inflexões metodológicas que marcam a etnografia contemporânea do litoral paulista. De Francesco o faz por meio da cartografia, convertendo o mapa em gesto etnográfico e político. Ao articular desenho e narrativa, a autora transforma o ato de mapear em forma de escuta, na qual o território deixa de ser superfície a ser descrita e passa a ser experiência compartilhada e disputada. A cartografia torna-se, assim, instrumento de tradução das relações entre corpo, técnica e ambiente, reinscrevendo as experiências coletivas que fazem do espaço um tecido de memórias vivas e de saberes produtivos. Nessa abordagem, a memória não é evocação de um passado remoto, mas força que habita as práticas: manifesta-se nas roças, nas trilhas, nos instrumentos, nas formas de pescar, cozinhar e cantar. O território, entendido como arquivo sensível,

---

<sup>4</sup> O Laboratório de Antropologia, Territórios e Ambientes (LATA)-UNICAMP, coordenado pelo professor Mauro W. Barbosa Almeida, assume-se como referência em estudos de antropologia rural e urbana, identidades sociais e territorialidade, articulando métodos tradicionais da antropologia com linguagens de cartografia híbrida para investigar territórios de resistência coletiva.

acumula e reatualiza gestos, modos de fazer e saberes que resistem à desterritorialização e à perda dos meios de vida. Ao propor uma etnografia implicada, a dissertação reinsere o pesquisador no próprio movimento da vida, fazendo do mapa uma narrativa partilhada e da territorialidade caíçara uma forma concreta de organização da vida comum diante das pressões do capital e das políticas de conservação.



Figura 5 – “Comunidade”, Pouso da Cajaíba. Fotografia de Marcela Elena Varconte (2012), reproduzida na obra *Este é o nosso lugar: uma etnografia da territorialidade caíçara na Cajaíba* (Paraty, RJ), de Ana Alves De Francesco.

Na esteira dessas reflexões, a dissertação de Rodrigo Ribeiro de Castro (2017) aprofunda a compreensão do território como campo de forças e como produto histórico das relações entre Estado, capital e comunidades tradicionais. Ao investigar o processo de criação e recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o autor demonstra como o discurso da conservação ambiental torna-se instrumento de reorganização do espaço e dos meios de vida, legitimando novas formas de controle sobre o trabalho e a moradia. Em Castro o território surge como arena de conflito material, em que a tutela ambiental converte o direito de habitar em permissão administrada, sujeita à norma e à vigilância. O conceito de “expulsão por cansaço” sintetiza essa violência difusa, que atua pela via da norma e da espera, corroendo lentamente a possibilidade de reprodução social caíçara — forma contemporânea do



# 10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

processo descrito por Marx como acumulação primitiva, isto é, a separação contínua entre o produtor direto e suas condições materiais de existência.

Reatualizada nas análises de David Harvey (2004) sob o termo acumulação por despossessão, essa lógica expressa a permanência da expropriação como mecanismo estrutural do capital. Na etnografia de Castro, tal movimento assume feições ambientais: sob a retórica da sustentabilidade, o Estado e o mercado produzem uma nova modalidade de despossessão, em que a vida caiçara é disciplinada, administrada e convertida em ativo ambiental. Ao desvelar essa racionalidade estatal-mercantil que subordina a vida à lógica da conservação, Castro reinsere a questão caiçara no centro das lutas contemporâneas contra a mercantilização da terra, da cultura e do próprio tempo social, revelando que a “natureza protegida” é, em muitos casos, a forma mais sofisticada de apropriação capitalista do território.

## **Capítulo 2 - para Historiografar**

As etnografias contemporâneas reinscrevem o corpo e o território como dimensões políticas, abrem o caminho para uma leitura histórica da Congada enquanto forma de organização popular. É sob esse horizonte que se torna necessário historiografar. A compreensão da Congada requer situá-la nas condições concretas de reprodução social e nas formas de organização popular gestadas sob o regime escravista. Marina de Mello e Souza (2002) demonstra que as coroações de reis negros foram práticas políticas que articulavam fé e trabalho, produzindo autoridade coletiva em meio à dominação senhorial. Nas irmandades e nos ritos do Rosário formavam-se redes de solidariedade e instâncias de autogoverno, nas quais as populações africanas e afrodescendentes reinventaram, sob o catolicismo imposto, princípios de organização comunal e de gestão do comum. Essa contradição — entre o enquadramento colonial e a autoafirmação popular — faz da festa um espaço de disputa: aparelho ideológico e, simultaneamente, meio de resistência e de reprodução da vida. A Congada, inscrita nessa longa duração, deve ser compreendida como prática de luta de classes transcrita em ritual, capaz de mobilizar a memória coletiva

frente às tentativas de expropriação. É essa base histórica que permitirá, nos registros posteriores da imprensa sobre a Congada de São Francisco, identificar as continuidades e as transformações das suas funções políticas e simbólicas na era da rodovia Rio-Santos.

PRÍNCIPE, dirigindo-se ao secretário:

62 - Vai correndo secretário,  
Meu pai rei avisar,  
Que a frente de nossa terra,  
Tão quereno tomar.

*(Transcrição Congada do Bairro São Francisco, Funarte, 1981)*

A pesquisa realizada na Hemeroteca Digital Brasileira permitiu rastrear as primeiras menções à Congada de São Sebastião na imprensa nacional, revelando como a festa foi progressivamente inscrita no olhar urbano e institucional. Uma nota publicada pelo *Correio Paulistano* em 17 de maio de 1942 registra a realização da Congada em Formosa, então vinculada à festa de São Benedito, destacando sua “boa organização” e o interesse despertado entre visitantes que “não conheciam esse interessante divertimento popular”. Ainda que breve, o texto evidencia o momento em que a Congada passa a ser percebida como espetáculo — deslocamento sutil que antecipa sua posterior folclorização e a incorporação da cultura caiçara às narrativas de valorização turística e nacionalista do litoral paulista.

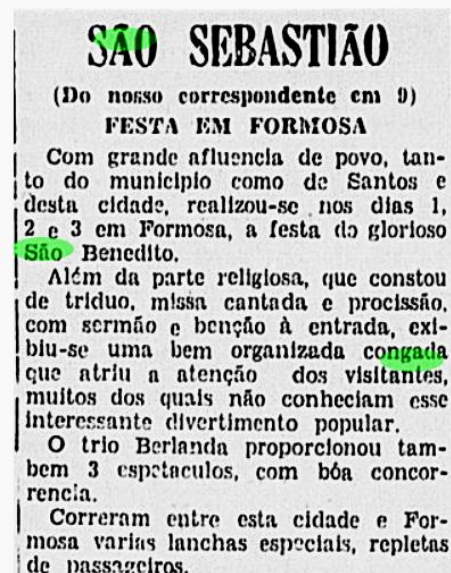


Figura 6 – Registro da Festa de São Benedito em Formosa (São Sebastião) publicado pelo Correio Paulistano em 17 de maio de 1942.

Em 1969, o jornal *A Cidade de Santos* noticiava a participação da Congada do Bairro São Francisco na festa de Santo Antônio de Bertiooga, exaltando-a como “grande atração” das comemorações dos quatrocentos anos da cidade. O registro, à primeira vista festivo, marca um deslocamento decisivo: a Congada, até então expressão territorial da vida caiçara, passa a circular nos circuitos oficiais da cultura, convertida em emblema do “folclore paulista”. Essa transposição coincide com o ciclo das grandes obras do regime militar — entre elas a abertura da rodovia Rio-Santos —, quando o litoral é reordenado sob a ideologia desenvolvimentista. A folclorização, nesse contexto, não se limita à estetização da cultura popular: é parte do mesmo processo de modernização conservadora que submete o território e as formas de vida à racionalidade do capital. Ao transformar a Congada em espetáculo e a memória em recurso simbólico, o Estado neutraliza o conflito que a originou, convertendo uma prática de organização coletiva em signo de uma tradição nacional domesticada. A notícia de 1969, portanto, não apenas documenta um evento, mas anuncia o início de uma nova etapa — quando, sob o discurso da integração cultural, a festa é incorporada à maquinaria do progresso e da expropriação.

# 10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

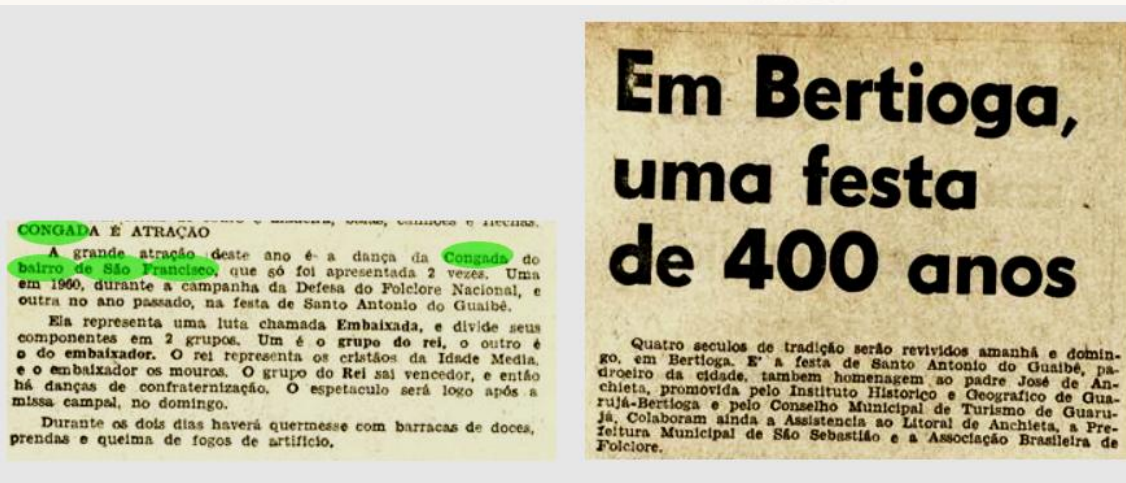


Figura 7 – Registro da Festa de Santo Antônio do Guaibê, em Bertioga, com apresentação da Congada do bairro de São Francisco (São Sebastião), publicado pelo jornal A Cidade de Santos em 13 de junho de 1969.

A construção da rodovia Rio-Santos, uma das principais obras do regime militar, reconfigurou estruturalmente o litoral norte paulista, consolidando a conversão do território caiçara em mercadoria. Como demonstra Fontanelli (2018), a estrada foi concebida sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, articulando-se ao conjunto de infraestruturas estratégicas que incluíam o Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR) em São Sebastião, a Usina de Angra dos Reis e o terminal portuário da Ilha Guaíba, compondo um eixo de integração entre capital industrial, logística e turismo. A retórica do progresso, difundida pelo *Projeto Turis* da Embratur (1975), legitimava a modernização conservadora que, ao classificar as comunidades pesqueiras como “pitorescas” e suas terras como “inocupadas”, naturalizava a expropriação fundiária e simbólica das populações caiçaras. O discurso de “colonização pioneira”, presente nos documentos oficiais do Ministério dos Transportes, projetava sobre o litoral uma paisagem a ser desbravada, ignorando séculos de ocupação e trabalho (Fontanelli, 2018). Sob essa racionalidade estatal-empresarial, o turismo e a conservação ambiental tornaram-se instrumentos de disciplinamento territorial, transformam a terra em ativo e a cultura em espetáculo.



### "Projeto Turis" vai beneficiar a futura rodovia Rio-Santos

Até 1985 o "Projeto Turis" deverá beneficiar entre 30 a 40 milhões de pessoas em toda a extensão do Vale do Paraíba. Terá por objetivo desenvolver e planificar as potencialidades turísticas de cerca de 550 quilômetros de costa nos Estados de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro.

O trabalho que resultou no "Projeto Turis" foi solicitado em 1971 pelo Brasil à França e sua execução ficou a cargo da SCET International, empresa paraestatal francesa. O "Turis" define toda uma política de desenvolvimento integrado, um planejamento especial programado a curto prazo e soluções para disciplinar um movimento irreversível em matéria de turismo.

A industrialização e o desenvolvimento comercial dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e São Paulo irão aumentar o nível de vida nessas regiões, gerando novas clientelas para as empresas de turismo que se localizarem nessa área. Dentro de 12 anos, consideradas em sentido amplo, essas clientelas turísticas em potencial poderão representar de 7 a 9 milhões de pessoas, e mesmo que se espalhem num perímetro maior que o litoral Rio-Santos, sua densidade turística se aproximará das maiores já observadas na Europa.

Mo. 2 — 2ª Col.

Santos — Santos, 7 de julho de 1972

Por essa razão, tornam-se necessárias o desenvolvimento e a implantação de uma moderna indústria de lazer nessa zona, tendo em vista que o turismo diário e de fim-de-semana se sobreporá ao turismo de férias em que, dadas as novas concepções dessa indústria, a tendência observada é para a diversificação cada vez maior da sua clientela.

Ao mesmo tempo, para melhor compreensão da potencialidade que representa essa área, é bom não esquecermos que os recursos naturais e culturais encontrados ou alcançáveis nos Municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Parati, Ubatuba, Ilha Bela, Caraguatatuba e São Sebastião, formam um patrimônio imenso para a indústria do turismo.

Sob a coordenação geral da EMBRATUR, há que se desenvolver um trabalho integrado para tornar realidade o "Projeto Turis". Para tanto, dirigentes da Empresa Brasileira de Turismo estiveram na semana retrasada, em Paris, debatendo, com técnicos franceses, a execução e a viabilidade do plano.

Figura 8 - "Projeto Turis" e a rodovia Rio-Santos. Recorte do jornal *A Tribuna* (Santos/SP), publicado em 7 de julho de 1972.

Ainda no mérito da BR-101, *Genocídio Caiçara*, de Priscila Siqueira, publicado em 1984, constitui um marco documental da denúncia sobre os efeitos sociais e territoriais da construção da rodovia Rio-Santos. Jornalista que acompanhou os conflitos de perto, Siqueira transformou o registro em análise política, expondo a destruição dos modos de vida caiçaras sob o comando da ideologia do progresso. Sua escrita revela a violência estrutural da modernização conservadora: os "olhos de Boitatá" — metáfora usada para descrever os faróis dos tratores que rasgavam a mata — anunciam a chegada do capital como força que converte a terra em mercadoria e o corpo em instrumento de produção. Sob o peso das máquinas, tombam não apenas árvores, mas uma forma de existência fundada na reciprocidade, no uso comum e na autonomia do trabalho coletivo. Ao nomear esse processo como genocídio, Siqueira compreende que o aniquilamento ultrapassa a dimensão física: é ontológico, pois dissolve as condições materiais e espirituais que sustentam a vida caiçara. Ainda assim, sua narrativa aponta para as brechas abertas pela resistência, onde as comunidades que enfrentaram o capital e permaneceram na terra transformaram a sobrevivência em gesto político. Nesses territórios de insistência, a consciência coletiva se reorganiza, convertendo a perda em horizonte de reconstrução (Siqueira, 1984).

## Que Fazer?

A Congada do Bairro São Francisco não deve ser compreendida como remanescente folclórica, mas como forma concreta de organização coletiva da vida. Sua materialidade exprime um sistema de relações que torna a festa em tecnologia social de reprodução da existência caiçara. É a possibilidade ancestral de autogoverno que resiste à cisão entre cultura e economia, capaz de instaurar uma moralidade coletiva fundada na reciprocidade, na partilha e no uso comum. Enquanto a narrativa oficial tenta reduzir a Congada à categoria de “patrimônio cultural” — preservável, porém despolitizada —, sua continuidade pode revelar uma estrutura histórica de resistência comunitária que desafia a lógica da mercantilização (Siqueira, 1984; Setti, 1988).

As transformações ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980 — marcadas pela abertura da rodovia Rio-Santos e pela expansão dos projetos turísticos e industriais — inauguraram uma nova fase da luta de classes no litoral norte paulista. O capital territorializou-se por meio da infraestrutura, convertendo o território em meio de valorização financeira. A política de desenvolvimento, conduzida sob o regime militar, consolidou a conversão do espaço caiçara em ativo imobiliário, sob a ideologia da integração nacional e do turismo de massa. Fontanelli (2018) e Sandoval (2014) demonstram que essa política de modernização conservadora transformou o litoral em vitrine do capital, deslocando famílias inteiras e dissolvendo as bases comunais de produção e uso da terra. Nesse contexto, a Congada emerge como contracorrente simbólica e material desse processo: reorganização coletiva da memória e da territorialidade diante da expansão do capital. Lutar pela festa, portanto, é lutar pelo território, pela permanência e pela reprodução social.

A trajetória de Casemiro Camilo dos Santos (1929–2012) — pescador, marimbeiro e liderança comunitária — condensa a contradição entre memória viva e institucionalização cultural. A criação, em 2018, do Museu do Bairro São Francisco e da Sala Casemiro

# 10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Camilo, registrada pela Fundass, representou o reconhecimento de uma história local enraizada na devoção e no trabalho popular. No entanto, a posterior substituição desse espaço por uma mostra arqueológica expõe a racionalidade seletiva das políticas patrimoniais: sob o discurso da preservação, o Estado reorganiza hierarquias de saber, substituindo a experiência social pela autoridade técnica (Ferreira, 2019). Ao privilegiar o vestígio material sobre a prática viva, o museu converte a memória em documento e desloca o poder de narrar do sujeito comunitário para o especialista. O gesto curatorial, aparentemente neutro, repõe a assimetria entre quem vive a história e quem a interpreta, reiterando, em escala simbólica, a mesma lógica de expropriação que a rodovia impôs em escala territorial. O conflito, portanto, não diz respeito apenas ao que é exibido, mas a quem detém o direito de produzir sentido sobre o vivido — a quem cabe a palavra sobre a própria história.

A folclorização atua, nesse processo, como instrumento ideológico de pacificação da cultura popular. Leite (1999) identifica, nas políticas de reconhecimento cultural, o mecanismo pelo qual o Estado neutraliza práticas insurgentes, convertendo coletividades em “cidadãos culturais” destituídos de meios materiais de reprodução. O mesmo se observa na Congada: reconhecida como patrimônio, mas esvaziada de sua função social e política, ela é integrada à economia do turismo como espetáculo, não como prática de organização popular. A estetização da festa transforma o rito em performance e a devoção em mercadoria — operação que, como demonstra Harvey (2004), expressa a lógica contemporânea da acumulação por despossessão, em que o capital captura valores simbólicos para reinseri-los no circuito da troca. O reconhecimento cultural, quando dissociado da redistribuição material, perpetua a dominação ao revesti-la de legitimidade estética. Criticar a folclorização, nesse sentido, é criticar a própria forma de Estado e o modo de produção que a sustenta: não se trata apenas de reivindicar visibilidade, mas de reconstituir as condições concretas de existência coletiva.

Nesse contexto de reorganização capitalista, emergem formas de resistência e autogoverno que atualizam a dimensão política da Congada. O **Coletivo Arrelá Caiçara** e o **Fórum de Comunidades Tradicionais** manifestam a articulação contemporânea

entre comunidades, criando espaços de deliberação e formulação política fora das estruturas estatais. Essas organizações retomam princípios ancestrais de reciprocidade e uso comum, traduzidos em linguagem contemporânea de direitos, sustentabilidade e autogestão. Sua atuação se dá em múltiplas frentes — mobilizações públicas, cartografias participativas, assessorias jurídicas, ocupações simbólicas e processos de formação política — transformando a defesa do território em pedagogia coletiva. A Congada, nesse contexto, não é um emblema do passado, mas um dispositivo de memória em ação, que fortalece o senso de comunidade e de classe.



Figura 9 – 16ª placa de autoreconhecimento e autodermarcação plantada pelo Coletivo Caiçara. Fonte: @arrelacoletivocaicara (rede social), acessado em: 15 de Julho de 2025.

Reitera-se que a disputa, contudo, não se dá apenas em nível econômico ou institucional, mas ontológico. Está em disputa o próprio conceito de mundo: o embate entre uma ontologia capitalista, fundada na propriedade, e uma ontologia caiçara, baseada na reciprocidade e na integração com o ambiente. A chamada “guerra ontológica”, como documentado nos estudos sobre a Baía dos Castelhanos, em Ilhabela, manifesta-se na oposição entre o regime de conservação tecnocrática e o regime de cuidado tradicional. Enquanto o primeiro administra o território como ativo, o segundo o habita como continuidade vital (De Paula, 2024). Nessa chave, a Congada é rito próprio ao ser caiçara:



# 10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

reafirma, por meio da música e do corpo, um particular vínculo entre os seres, em uma cosmopolítica da resistência. Ao fazê-lo, desafia o colonialismo, instituindo uma racionalidade persistente.

As estratégias de reexistência derivam dessa base material e ontológica. O fortalecimento de coletivos, fóruns e associações deve incluir a criação de instrumentos políticos de autogestão territorial, capazes de garantir às comunidades controle sobre seu tempo, trabalho e território. Cartografias sociais, planos de uso coletivo, conselhos de base e alianças intercomunitárias configuram formas de contra-planejamento popular, disputando o sentido do território frente ao Estado e ao capital. O reconhecimento da Congada deve ser acompanhado da conquista de suas condições de existência: acesso à pesca, à praia e ao mar, moradia digna, saneamento, transporte, autodeterminação e autogestão territorial. Essas ações, simultaneamente materiais e simbólicas, reposicionam a luta caiçara no campo da emancipação como invenção de um futuro possível. O horizonte está na beira da praia e na serra do mar, na autoconsciência dos povos tradicionais em pleno processo de proletarianização e mercantilização e sua capacidade de determinar o próprio futuro, com poder em mãos.

## Referências Bibliográficas

A CIDADE DE SANTOS. Congada do Bairro São Francisco é atração nas comemorações dos 400 anos de Bertioga. Santos, 13 jun. 1969. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>

. Acesso em: 12 de Julho de 2025.

A TRIBUNA. “Projeto Turis” e a rodovia Rio-Santos. Santos, 7 jul. 1972. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>

. Acesso em: 12 de Julho de 2025.

**10ª ReACT**

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

CIRINO, Giovanni. Uma etnografia da devoção a São Benedito no litoral norte de São Paulo. 2012.

CORREIO PAULISTANO. Congada de São Sebastião anima festa de São Benedito em Formosa. São Paulo, 17 maio 1942. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 12 de Julho de 2025.

DE CASTRO, Rodrigo Ribeiro. Expulsão por cansaço e resistências: etnografia das relações de poder no conflito territorial da Juréia (SP). 2017. Tese de Doutorado. [sn].

DE FRANCESCO, Ana Alves. Este é o nosso lugar: uma etnografia da territorialidade caiçara na Cajuíba (Paraty, RJ). 2012. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas.

DE MELLO, Marina et al. Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo. Editora Ufmg, 2002.

DE MELLO FONTANELLI, Marina. Rio-Santos: a promessa da modernização e do turismo, conflitos de terras e resistência caiçara. Tempos Históricos, v. 22, n. 2, p. 715-735, 2018.

DE LIMA, Rossini Tavares. O folclore do litoral Norte de São Paulo. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Assuntos Culturais, Fundação Nacional de Arte, Instituto Nacional do Folclore, 1981.

FERREIRA, Elaine Cristina Ventura. A musealização do folclore na abordagem da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (anos 1947-1968). Patrimônio e Memória, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 450-470, jul./dez. 2019.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

**10ª ReACT**

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

**PRÁTICAS GERMINANTES**

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. Horizontes antropológicos, v. 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

SANDOVAL, Cristina Cardoso. Cadê o horizonte?: a ocupação urbana ao longo da Rio-Santos em São Sebastião, 1964-2000. 2014.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Boitempo Editorial, 2015.

SETTI, Kilza. Notes on Caiçara Musical Production: Music as the Focus of Cultural Resistance Among the Fishermen of the Coastal Region of São Paulo. The World of Music, v. 30, n. 2, p. 3-21, 1988.

SIQUEIRA, Priscila. Genocídio dos caiçaras. São Paulo: MassaoOhno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

UNICAMP. Ontologia caiçara sob ameaça. Jornal da Unicamp, ed. 716, 28 out. – 10 nov. 2024. Disponível em: <https://jornal.unicamp.br/edicao/716/ontologia-caicara-sob-ameaca/>. Acesso em: 28 abr. 2025.